ENFERMEIROS
UMA CLASSE VITAL PARA O PAÍS

A propósito do Dia Internacional do Enfermeiro, celebrado no passado dia 12 de maio, a Revista Pontos de Vista conversou com Luís Carlos Do Rego Furtado Presidente do Conselho Diretivo Regional da Secção Regional da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Enfermeiros, que nos deu a conhecer a importância desta efeméride, bem como alguns dos desafios e problemas que a classe dos Enfermeiros ainda enfrenta em Portugal.

O Dia Internacional do Enfermeiro celebrou-se a 12 de maio. Pretende-se debater e refletir a profissão no seu contexto atual. Como é que a Ordem dos Enfermeiros da Secção Regional R.A. dos Açores assinalou este dia? Que ações decorrerão neste dia?

Enquanto Secção Regional inserida num contexto arquipelágico e onde o edifício autonómico é o pano de fundo para refletir sobre o passado, mas, e acima de tudo, perspetivar o futuro deste grupo profissional, e muito particularmente o futuro dos enfermeiros que exercem nas Regiões Autónomas, para nós era elementar fundir e trazer à discussão o lugar da regulação da profissão no seio das autonomias. Com isto quero dizer que tendo a Ordem dos Enfermeiros atingido a maioridade, é tempo de iniciar o debate interno de como poderá a Ordem dos Enfermeiros alargar o espectro de intervenção dos Órgãos Estatutários Regionais das Secções Regionais das Regiões Autónomas, com particular incidência nos Conselhos Diretivos Regionais e nos Conselhos de Enfermagem Regionais, reconhecendo desta forma o enquadramento político-administrativo onde se inserem e potenciando, no plano regional, a intervenção dos enfermeiros. Afasto, desde já, os eternos fantasmas do separatismo, e as nunca sanadas confusões entre os conceitos de autonomia e independência. É de autonomia que estou a falar. De autonomia com responsabilidade, de uma autonomia que se quer reconhecida como um direito e que traduz um modo de estar da Ordem dos Enfermeiros que certamente, entre as suas congéneres, marcará a diferença pela positiva.

Para dar forma a esta discussão, apresentámos um programa de conferências diversificado na sua constituição e na abordagem à temática. Os trabalhos iniciaram-se pelo reconhecimento do lugar do edifício autonómico e pela constatação da evolução do Serviço Regional de Saúde dos Açores, seguindo-se o contributo dado pelos enfermeiros ao longo destes já muitos anos de autonomia à população açoriana e ao desenvolvimento do Serviço Regional de Saúde, discutindo-se, igualmente, a mudança de paradigma que, a este nível, a regulação da profissão deve operar, assim como a importância dos enfermeiros estarem no centro da tomada de decisão em política de saúde.

Este dia costuma ser assinalado por uma reflexão profunda de todos os profissionais de Enfermagem sobre as dificuldades enfrentadas e os desafios lançados no exercício, em plenitude, da sua profissão. Qual é o maior desafio atual para o setor da Enfermagem?

Continuo a afirmar que o maior desafio continua a ser a falta de visibilidade, ou a falta de tangibilidade da qual, em Portugal, a prestação de cuidados de Enfermagem tem padecido ao longo dos últimos [muitos] anos. Os ganhos positivos e efetivos em saúde, e que ninguém tem dúvidas que são fortemente impulsionados pela atuação dos enfermeiros aos mais diversos níveis, por algum motivo, não são correlacionados com as intervenções dos enfermeiros, sendo que é urgente mudar este paradigma. Mas para que mude, também a organização, o funcionamento e o financiamento dos serviços de saúde tem de operar uma transição de um modelo claramente médico-cêntrico, para um modelo de transdisciplinaridade. De um modelo que prefere a opção pelo tratamento, para um modelo alicerçado na prevenção primária e, por tal, alicerçado na intervenção autónoma dos enfermeiros.

O Dia Internacional do Enfermeiro foi escolhido a 12 de maio em homenagem a Florence Nightingale considerada, a nível mundial, a mãe ou precursora da Enfermagem Moderna. Como está, na sua opinião, a Enfermagem em Portugal?

A este nível, permita-me responder à sua pergunta em duas vertentes diferentes: as relações laborais/económicas dos enfermeiros e o desenvolvimento técnico e científico da profissão.

No que diz respeito às relações laborais e económicas, à valorização do trabalho do enfermeiro, ao direito a uma carreia condigna e ao justo reconhecimento da sua posição entre as demais profissões no setor da saúde, eu diria que estes têm sido "annus horribilis". A precariedade, o desemprego, a desvalorização do valor económico do trabalho dos enfermeiros, a emigração, a ausência de uma carreira e de uma perspetiva de percurso profissional que alicie estes profissionais são apenas alguns dos problemas, que mais, e de forma legítima, atormentam os enfermeiros. A segunda vertente, ou o outro prisma através do qual se pode caracterizar a Enfermagem em Portugal atualmente, é o seu nível de desenvolvimento técnico e científico, sendo que a este nível é indiscutível a evolução a que assistimos e a consolidação da Enfermagem como uma disciplina do conhecimento, com produção científica própria e de reconhecido valor.

A falta de enfermeiros é uma realidade em Portugal considerando-se, inclusive, que a escassez de recursos humanos coloca os utentes em risco. Urge a contratação de profissionais e defende-se a aplicação das 35 horas semanais para todos os enfermeiros a exercer no Serviço Nacional de Saúde. Prevê-se o recrutamento de 1.500 a 1.700 profissionais. Este número é suficiente?

A aplicação das 35 horas semanais aos enfermeiros, é uma medida que não deveria ser apenas para o Serviço Nacional de Saúde, mas sim para todos os enfermeiros a exercer em território nacional, independentemente do setor e contexto de prática clínica. Mais do que uma vontade, é uma necessidade, e uma necessidade que reconhece a particular penosidade associada ao exercício da profissão e ao rápido desgaste a que este grupo profissional está sujeito no desempenho da sua atividade profissional.



Relativamente à questão da contratação de 1.500 a 1.700 enfermeiros, este número, em grande parte, vai apenas colmatar a diferença de horas de cuidados necessários para fazer face à aplicação das 35 horas semanais no Serviço Nacional de Saúde, pelo que me arrisco a dizer que é um número insuficiente e que as necessidades estruturais, portanto, permanentes, de enfermeiros no Serviço Nacional de Saúde, vão continuar a sentir-se, até porque o número de enfermeiros está desajustado face às necessidades de cuidados existentes nos nossos serviços, está desajustado ao nível de segurança e qualidade de cuidados que entendemos como ótimo para os nossos cidadãos e, acima de tudo, está desajustado perante a atual procura de cuidados de saúde por parte das populações e não está a acomodar aquilo que hoje sabemos ser uma tendência de procura em quantidade e natureza. A miopia de que os sucessivos governos têm padecido só pode ser enquadrada como uma absoluta despreocupação para com o Serviço Nacional de Saúde, uma ausência absoluta de visão e planeamento estratégico, numa lógica de reatividade, em detrimento de uma lógica de antecipação.

> *Continuo a afirmar que o maior desafio continua a ser a falta de visibilidade, ou a falta de tangibilidade da qual, em Portugal, a prestação de cuidados de Enfermagem tem padecido ao longo dos últimos [muitos] anos*

No que diz respeito aos Núcleos de Saúde Familiar, existe uma proposta de alteração, que entende ir ao encontro das necessidades dos enfermeiros ao nível dos cuidados de saúde primários e que, acima de tudo, melhore a prestação de cuidados de Enfermagem às populações. O que é necessário para melhorar as condições de trabalho no setor da Enfermagem nos Açores?

Para responder em consciência, e num exercício de honestidade intelectual, a esta questão, importa dizer que, apesar das vicissitudes, das dificuldades e das fragilidades do Serviço Regional de Saúde, a verdade é que a Região Autónoma dos Açores tem um Serviço de Saúde que deve orgulhar os seus profissionais e o serviço que prestam, sendo que muito disto se fica a dever, efetivamente, ao trabalho dos enfermeiros. Importa ainda dizer que a condição de arquipélago, a dispersão geográfica e a necessidade de disponibilizar a toda a população açoriana e em todas as ilhas uma infraestrutura de saúde, numa região onde existem apenas três hospitais, por si só, representa um desafio único em todo o território nacional.

Dito isto, as condições de trabalho devem ser melhoradas começando por reconhecer [o Governo Regional] que existem assimetrias profundas entre as diferentes ilhas, e até mesmo dentro destas, fomentando assim a implementação de políticas de convergência, ajustadas e não apenas "porque sim" ou de acordo com um calendário muito próprio e ao qual, lamentavelmente, todos nós bem conhecemos. Não posso aceitar que por questões de bairrismo, pelo facto de tipicamente se assumir que "a galinha do vizinho é melhor do que a minha", pela pressão exercida por parte dos municípios, nas ilhas mais pequenas, se continuem a edificar "estruturas fantasma", quando em determinadas ilhas, os enfermeiros continuam a exercer e a servir as populações em condições absolutamente miseráveis (e sei o que digo porque tive oportunidade de visitar todos os centros de saúde da Região). Os enfermeiros açorianos também precisam que lhes sejam conferidas condições que potenciem a legítima aspiração ao seu desenvolvimento profissional, nomeadamente em termos da acessibilidade à formação; esta Região não pode continuar a ter filhos e enteados no acesso à formação externa e à diferenciação profissional. Não se pode tratar de forma diferenciada grupos profissionais. ■